

ARTIGO

A ONTOLOGIA DO HOMEM CAMPESINO NO PARQUE NACIONAL DO JAÚ – AMAZONAS¹

Eunice Maciel Soeiro²
Jorge Gregório da Silva³

RESUMO

Estuda a questão do trabalho, da ontologia e dos processos de educação formal, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, nas escolas do Parque Nacional do Jaú-Am, e a possibilidade de elaborar um projeto educativo fundado na epistemologia da Pedagogia Libertadora, especificamente na síntese produzida por Paulo Freire. Trata-se de uma reflexão, ou seja, de um esforço acadêmico, portanto, sistematizado para entender a ontologia do homem amazônico residente no Jaú. Mesmo reconhecendo não somente a existência, mas também a importância de outras epistemologias, elegeu-se a Dialética Materialista Histórica como teoria da ciência por ser a que, do ponto de vista da elaboração deste estudo, a que viabiliza um aprofundamento teórico da questão em estudo.

Palavras-chave

Trabalho - Educação Libertadora - Homem Amazônico - Ontologia.

¹ . Extraído da Dissertação de Mestrado intitulada Possibilidades para práticas pedagógicas nas escolas campesinas do Jaú: estruturas dialógicas para uma educação ambiental, defendida em 30 de setembro de 2009, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.

² . Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas e professora da Educação Básica da rede estadual de ensino do Estado do Amazonas.

³ . Pós-Doutor em Economia Política da Educação pela Universidade Federal Fluminense sob a supervisão de Ronaldo Rosas Reis. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas.

ABSTRACT

Study the question of the work, of the ontology and process of formal education in of Young and Adults Education at Park National of the Jaú-Am and the possibility to elaborate an education's project based on the philosophical Liberator Pedagogical, specified in the synthesis produced by Paulo Freire. Attend of a reflection, in other words, of an academician effort, therefore, systemized to understand the ontology of the amazon man, resident of the Jaú-Am. But knowing others philosophicals, appoint dialectical materialism historical how theory of knowledge because of the point of the study's elaboration that offer a better theory about of study in question.

Key Words: Work, Liberator Pedagogical, Amazon man, Park, Ontology, EYA

Introdução

Ontologia de Lukács inicia pela discussão das três esferas ontológicas (a inorgânica, a orgânica e a social), prossegue com a exposição das categorias do trabalho, reprodução, ideologia e alienação e conclui com um capítulo que aborda a relação entre o trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, e as classes sociais no capitalismo contemporâneo. Este é o ponto em que vamos nos deter com maior atenção para discutir a ontologia do homem amazônico.

Para uma ontologia do ser social foi a última obra escrita na maturidade de György Lukács, importante expoente da filosofia marxista. Húngaro, tornou-se um dos pensadores mais influentes e originais do século XX. Na **ontologia do ser social**, o autor, preconizando o retorno a uma leitura de Marx por Marx, aprofunda a tese marxiana do trabalho como intercâmbio homem-natureza enquanto categoria central da sociabilidade, edificante do que o próprio Marx havia chamado de “mundo dos homens”.

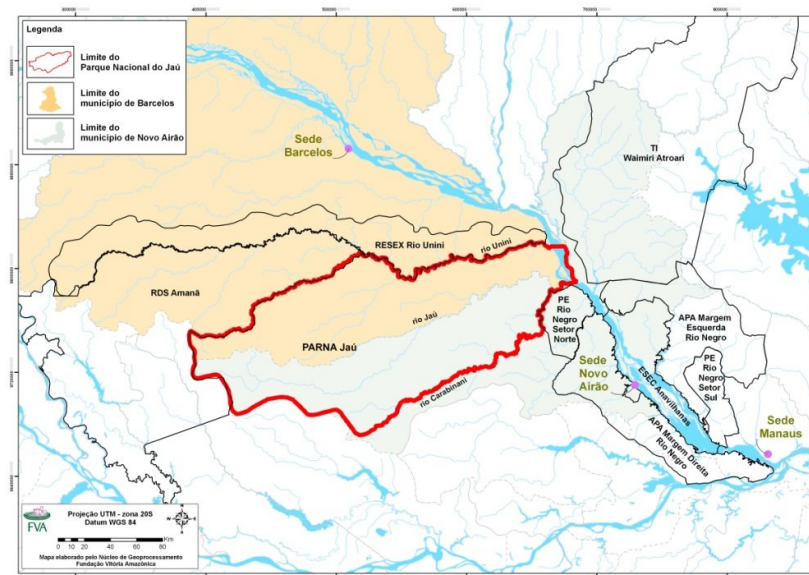
O desenvolvimento das capacidades humanas, por sua vez, possui dois pólos distintos, ainda que a objetivação e a transformação do real, a partir de um projeto previamente idealizado na consciência. É uma mediação fundamental do complexo categorial do trabalho. Logo, todo trabalho é

atividade, porém, nem toda atividade é trabalho. E o que é trabalho? Trabalho é ato de criação e recriação, de reorganização, de reconstrução. Nesta perspectiva no O Parque Nacional do Jaú (PNJ) não existe trabalho.

O espaço acima referido é uma unidade de conservação. De acordo com a legislação brasileira, Parques Nacionais são definidos como áreas protegidas pelo Poder Público, ou seja, são Unidades de Conservação da Natureza (UCS), cuja posse e domínio da terra devem, obrigatoriamente, constar como patrimônio da União, não podendo pertencer a particulares.

Isso demonstra que as terras existentes dentro do PNJ devem estar sob domínio da União. O referido parque foi criado pelo “Decreto Nº. 85.200 de 24 de novembro de 1980, está localizado no estado do Amazonas, na margem esquerda do Rio Negro, a cerca de 200 km da cidade de Manaus, na Bacia do Rio Jaú, entre os municípios de Novo Airão e Barcelos, cuja área é de 2.272.000 ha. e perímetro de 540 km” (<http://ww2.ibama.gov.br>). Ver mapa abaixo.

Figura 1. Localização do Parque Nacional do Jaú



Esse número de hectares coloca-o na condição de um dos maiores Parques do mundo, protegendo, quase que integralmente, uma bacia hidrográfica, a do rio Jaú (do tupi yaú), o qual abriga ecossistemas de água preta, entre outros, extensas florestas tropicais úmidas contínuas. O nome Jaú deriva de um dos maiores peixes brasileiros: o jaú ou pacamon (*Paulicea luetkeni*), espécie que habita o local.

O PNJ limita-se ao norte com os rios Unini e Paunini e ao sul com o rio Carabinani, que é afluente da margem direita do rio Jaú; a oeste delimita-se pelas cabeceiras dos rios Paunini, Jaú e Carabinani e a leste pelo rio Negro. Ele possui um Plano de Manejo que foi elaborado pela Fundação Vitória Amazônica⁴, a qual, entre outras atribuições, coordena atividades de pesquisadores de instituições diferentes. A área do parque é habitada por 886 (até 1996) moradores, eles se estabeleceram às margens dos rios e de seus tributários.

As comunidades possuem escolas campesinas no Parque Nacional do Jaú: entre elas, uma situada na Comunidade Jaú Tambor (Novo Airão), outra na Comunidade Seringalzinho (Barcelos) e outra na Comunidade do Patauá (Barcelos). Estas escolas são denominadas campesinas, entre outros motivos, por estarem situadas em áreas do campo (zona rural).

1. Para uma Ontologia do Ser social - Trabalho

⁴ . A Fundação Vitória Amazônica. Organização não Governamental, sem fins lucrativos, baseada em Manaus, a rua R/S,quadra Q, casa 7, Morada do Sol, Aleixo. Fundada em 1990, tem por objetivos a conservação do meio ambiente aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Região Amazônica, em particular da bacia do Rio Negro, mediante o uso sustentável dos recursos naturais de seus ecossistemas e com respeito às culturas, à diversidade ética regional.

Abordar a obra de Lukács não é uma tarefa fácil. Sabemos das dificuldades que uma análise tão complexa implicaria para um artigo. Por outro lado, sabemos também dos riscos aos quais uma análise superficial poderia nos levar. Assim, acreditamos que o melhor caminho seria partir da compreensão daqueles conceitos fundamentais que compõem a sua obra póstuma, **Para uma ontologia do ser social – trabalho** – exatamente por seu caráter polêmico, no nosso entendimento, é a questão do trabalho a que melhor sintetiza seu pensamento.

Não se trata, ainda, de uma oposição entre o trabalho como um fim que se encerra em si mesmo, porém da própria evolução do conceito de trabalho, da maneira dos seres se comportarem em relação ao trabalho. Este fato é que marca uma oposição entre o comportamento dos seres e as transformações na organização do trabalho. É o que Lukács (2010) aponta como consequência do fato de que o próprio modo de comportar-se, a sua interioridade passa a ser o objeto da posição teleológica do indivíduo.

Portanto, o surgimento progressivo, desigual e contraditório destas posições fatalistas, é um resultado do desenvolvimento social, ou seja, do trabalho e do ser. Por isso, não se podem fazer derivar por dedução conceptual as manifestações novas a partir das originárias, os modos complexos a partir dos simples. Não se trata apenas do modo concreto como o trabalho se apresenta, sujeito ao momento histórico-social, porém de uma relação com os estágios de desenvolvimento da sociedade.

Então, para Lukács (2010) só é trabalho o ato de transformação da natureza, sua modificação que é independente da consciência do ser, que deve procurar transformar o curso dos acontecimentos, conhecendo a sua essência, para depois imprimir a marca de sua vontade. Assim o homem age na sociedade, diante de si e da natureza, numa tentativa de fazer, com sucesso a referida intervenção. Isto não é pouco, mas não é tudo. No centro do trabalho está o ser porque o movimento social tem uma legalidade.

As proporções podem mudar muito, até dar margem a mudanças qualitativas, mas a estrutura geral de fundo não pode mudar essencialmente. Talvez a mudança mais significativa seja aquela que se verifica na relação entre fim e meio. Podemos ver como já no estágio mais primitivo há entre eles uma certa relação de contraditoriedade potencial, que, no entanto, só se desdobra em sentido extensivo e intensivo quando, no objeto da finalidade, o momento predominante não é mais a transformação da natureza, mas a transformação dos homens. (LUKÁCS, 2010, p.21)

Ensina que nas sociedades de classe o juízo depende do ponto de vista de classe a partir do qual se busca a resposta para o dilema. Com efeito, é claro que, uma vez surgidas as divisões sociais, qualquer questão pode ser resolvida em direções diversas. Na medida em que vai se reforçando a socialidade da sociedade, estas alternativas, que estão na origem das posições alternativas, vão adquirindo maior amplitude e profundidade.

No entanto, a consequência necessária desta situação é que as contradições entre a posição do fim e os meios de sua realização são de tal modo agudas que isto se torna um fato qualitativamente novo. É claro que também aqui ocupa o primeiro plano a questão a respeito da adequação dos meios para efetivar o fim posto. (LUKÁCS, 2010, p.33)

O grau de exatidão com o qual se pode resolver a questão entre o fim e o meio é tão diferente que isto aparece imediatamente como uma diferença qualitativa. Porém, quando se coloca as sequências causais no trabalho simples, trata-se de conhecer causalidades naturais que, em si mesmas, continuam a operar como antes.

Tanto os empiristas da práxis social, quanto seus juízes moralistas, viram-se obrigados a confrontar-se repetidamente com essa contradição. Sem entrar agora em aspectos particulares, o que, mais uma vez, cabe à Ética, não podemos, no entanto, ainda uma vez, deixar de realçar pelo menos a superioridade teórica da abordagem ontológica da práxis social tanto com respeito ao empirismo praticista como com respeito ao moralismo abstrato. (LUKÁCS, 2010, p. 42)

As transformações concretas, ocorridas na totalidade do mundo do trabalho, por maiores que sejam, jamais incidam sobre a parte da essência do processo de trabalho que tem maior peso. Muito semelhante é a situação que o trabalho provoca naquele que o executa. Também aqui é inevitável que as

diferenças possam ser muito grandes, embora que não tenham uma aparência material.

Lukács (2010) está se referindo aos efeitos que o trabalho produz no próprio trabalhador. E explica a necessidade do domínio do trabalhador sobre si mesmo, a luta constante contra os próprios instintos, afetos, etc. Acredita que o homem se tornou homem exatamente nesta luta, por meio desta luta contra a própria constituição que lhe foi dada pela natureza, e que o seu desenvolvimento anterior, o seu aperfeiçoamento só pode dar-se, posteriormente, por meio do domínio do trabalhador sobre si mesmo.

Para Lukács (2010) o homem conquista a liberdade quando supera as dificuldades impostas pelos problemas que afetam o gênero humano, seria a adequação do ser aos problemas não apenas orgânicos, mas também articulados, que se desdobram. O homem se encontra com a liberdade à medida que vai se tornando ente social, é - do ponto de vista ontológico-genético, uma coisa só com o ato de nascimento da liberdade.

Se o homem não tivesse criado a si mesmo, no trabalho, como ente genérico-social, se a liberdade não fosse fruto da sua atividade, do seu autocontrole sobre a sua própria constituição orgânica, não poderia haver nenhuma liberdade real. A liberdade obtida no trabalho originário era, por sua natureza, primitiva, limitada; isto não altera o fato de que também a liberdade mais alta e espiritualizada deve ser conquistada com os mesmos métodos com que se conquistou aquela do trabalho mais primitivo, e que o seu resultado, não importa o grau de consciência, tem, em última análise, [...] (LUKÁCS, 2010, p.67)

2 O Ser e o lugar

Para compreender a realidade do habitante do Parque Nacional do Jaú, é necessária uma reflexão dele como ser humano desprovido de estereótipos produzidos pelo modelo social e histórico de produção capitalista ao longo dos anos, ou seja, escravo, servo, cliente. Nesse entendimento, numa

perspectiva ontológica⁵. A vocação ontológica é defendida por Paulo Freire, ocupando a posição de categoria central de sua obra educativa.

Nessa perspectiva freireana, ontologia – estudo do **ser**. É a preocupação com o **ser**. Tem como fundamento o **ser-mais**. É a passagem da situação de escravo, servo, cliente, para a situação de cidadão. É a não aceitação do retorno de cidadão para cliente – escravo, servo –. É não aceitar que direitos conquistados sejam colocados no mercado, como leciona Freire (1997).

Na ontologia freireana não tem lugar para escravos. Só tem lugar para homens e mulheres livres, para a cidadania plena, ou seja, quando o *ser* tem satisfeitas todas as suas necessidades vitais, sem as quais morrerá. De outra maneira, evidencia-se uma preocupação com a emancipação do *ser*, a qual é manifestada por Lessa (2002). Este autor, ao fazer uma reflexão sobre a ontologia em Lukács, expressa que o problema da não emancipação humana é permeado pelo processo das alienações provenientes da exploração do homem pelo homem.

Realidade que, ainda, no século XXI, é vivida pelos homens campesinos do Jaú, também, conhecidos como caboclos ou ribeirinhos, depois que a área do parque foi transformada em UC. Os ribeirinhos tem sido definidos a partir da categoria social de campesinato na perspectiva de Chayanov (1981) em virtude de viverem em uma unidade camponesa, a qual caracteriza o camponês, simultaneamente, enquanto um agente econômico e responsável pelo sustento de sua família.

Nessa direção, Wolf (1970), menciona que a unidade camponesa não é somente uma organização produtiva formada por um determinado número de

⁵. Conforme (AURÉLIO, 1999, p. 1447) “[...] ontologia é a parte da filosofia que trata do ser enquanto ser, i. é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres [...]”. Considerando que “onto”, do grego, vem a significar indivíduo ou ser, e “logia”, que comumente significa estudo, tem-se que “ontologia” vem a ser o estudo investigativo e comparativo do indivíduo na natureza.

mãos aptas ao trabalho rural, mas também uma unidade de consumo, pois, na medida em que essa unidade dispõe de seu próprio agregado familiar para trabalhar, necessita, porém, satisfazer suas necessidades básicas de consumo.

Nesse entendimento, pode-se dizer que a população do Jaú está agrupada em unidades, ou seja, no contexto da UC, comunidades. Essa espécie de unidade (tipologia) feita pelo órgão gerenciador, o IBAMA⁶, em parceria com a Fundação Vitória Amazônica⁷, possibilitou a inserção dos moradores em um banco de dados.

Além disso, o banco de dados foi estratégico, entre outras ações, para determinar o controle das atividades dos habitantes do Jaú e realizar o mapeamento do local, contribuindo para a desumanização deles. A partir desse documento foi feito o censo em 1992, período anterior à criação do Plano de Manejo do PNJ. A imagem numérica mostrou que, na área, existiam 1.030 moradores, correspondendo a 167 grupos domésticos. Desse total, 54% eram de homens e 46% de mulheres. Rebêlo (1993).

Depois desse censo, foi realizado um estudo pela FVA e o Programa de Manejo de Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero (PMERG), coordenado pela Universidade da Flórida, que descreveu o cotidiano de uma família, residente no interior da Unidade de Conservação.

Essa família tem oito membros: o homem, a mulher (grávida) e seis filhos (dois meninos com idades de 11 a 14 anos, e quatro meninas com idades de 8 a 2 anos). A família vive à beira do rio Jaú e possui seis áreas de roça dos diferentes anos. O menino de 11 anos é

⁶ . [...] caberá ao Ministério do Interior, através do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis _ IBAMA, zelar pelo cumprimento da destinação das estações Ecológicas, manter organizado o cadastro das que forem criadas e promover a realização de reuniões científicas, visando à elaboração de planos e trabalhos a serem nelas desenvolvidos [...]. (ROCCO, 2002, p. 164).

⁷ . Organização não governamental, sem fins lucrativos, baseada em Manaus, a rua R/S,quadra Q, casa 7, Morada do Sol, Aleixo. Fundada em 1990, tem por objetivos a conservação do meio ambiente aliada à melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Região Amazônica, em particular da bacia do Rio Negro, mediante o uso sustentável dos recursos naturais de seus ecossistemas e com respeito às culturas, à diversidade ética regional.

responsável por pescar, descascar cipó, cuidar da roça e dos irmãos menores. A menina de 8 anos é responsável pelo cuidado dos irmãos menores, além de fazer o fogo para cozinhar, limpar o peixe, descascar cipó, capinar a roça e o quintal, cuidar das galinhas, etc. (OLIVEIRA e CABEZAS, 1995, p. 9)

Essa descrição evidencia que o homem campesino do PNJ não é uma ameaça para a natureza conforme o Poder Público e alguns segmentos não governamentais proliferam no período da consolidação em UC, mas homens, mulheres e crianças que viviam em um ambiente de raríssima beleza e dele retiravam o necessário para subsistência. Essa “ameaça” foi uma invenção criada para expulsá-los da terra. Assim se manifesta um processo de desumanização, isto é, a inviabilidade ontológica dos homens desse parque.

[...] no momento em que a Fundação Vitória Amazônica estava realizando a exposição do que vem fazendo no Parque, o presidente da comunidade de São Félix interrompeu o discurso do apresentador e exclamou, de maneira indignada (pouco alcoolizado), que a FVA não conhece o que realmente contem o PNJ, mas somente quem mora nele. Além disso, o presidente disse que, depois que a FVA e o IBAMA assumiram a direção do Parque, a vida dos moradores piorou. Logo, aquele foi interrompido por uma funcionária do IBAMA, a qual pediu que deixasse o representante da ONG falar.

Mas depois, de outras interpelações do presidente do São Félix, o Gestor do IBAMA pediu que aquele se retirasse. Antes de sua retirada, o Sr. gritou que queria ver a professora (eu) falasse sobre seu projeto, pois o Jaú precisava de Educação para as crianças e os adultos [...]”. (Relatório)

A fala dos sujeitos acima transcrita confirma que a ação tomada pelo Poder Pública manifesta-se como barreira, impedindo esse ser (presidente comunitário) de manifestar suas angústias, prejuízos, desalento, sonho, ou seja, impossibilita a realização da humanização e a concretização do *ser-mais*. Por isso que é necessário superar os obstáculos. Sem vencer as dificuldades não tem saída da opressão. Não tem libertação. O *ser* do Jaú continuará na escravidão pós-moderna.

Para entendermos a gênese da política pública posta em prática no Parque Nacional do Jaú é necessário considerarmos as três estratégias para as reflexões sobre as questões ambientais no planejamento econômico global: 1 a Estagnação, 2 O Desenvolvimento Sustentável e 3 O Ecodesenvolvimento.

A Estagnação é uma estratégia de preservação ambiental abordada no Primeiro Mundo. O Desenvolvimento Sustentável é uma estratégia abordada no Terceiro Mundo. O ecodesenvolvimento predomina nas regiões rurais da

Ásia, África e América Latina, portanto, também, em regiões do Terceiro Mundo.

Por motivos econômicos, ou seja, devido ao fato de as ONGs, as instituições públicas e até mesmo o Governo Federal e Estadual receberem financiamento estrangeiro, principalmente europeu, como é o caso da FVA e do governador Eduardo Braga, o projeto de desenvolvimento posto em prática no Parque Nacional do Jaú é fundado na Estagnação.

Embora seja uma perspectiva do Primeiro Mundo, particularmente européia, diferente das duas outras propostas do Terceiro Mundo, desenvolvimento sustentável e o ecodesenvolvimento, o Jaú ficou Estagnado.

Pelo fato de a Educação Ambiental ainda não possuir um estatuto epistemológico próprio, ou seja, a condição de uma ciência autônoma foi emprestada o termo estagnação, utilizado no campo econômico, ou seja, estagnação econômica, para impor, verticalmente, ao Parque Nacional do Jaú, a concepção de Educação Ambiental para atender aos interesses, aos anseios e aos desejos dos financiadores e não do Brasil, que é o país onde o Parque está situado, nem ao povo brasileiro desse lugar.

A discussão sobre a Estagnação nas Ciências Econômicas surge, exatamente, há 50 anos atrás, em 1929, quando a *cyclical downturn* (baixa econômica cíclica) estava aproximando-se do epicentro da crise, o que ocorreu em 1933, com elevada taxa de desemprego: 1929 – 23,6%, 1933 – 24,9%,

respectivamente. Não obstante os arroubos de Alvin Hansen e Joseph Schumpeter, os dois mais salientes economistas de Harvard, na década de 30, a *General Theory* (Teoria Geral) de Keynes foi o principal suporte.

Em outras expressões, quem mais aprofundou o estudo sobre a Estagnação foi John Maynard Keynes, economista inglês, que publicou sua obra-prima, Teoria Geral, em 1936⁸, que lhe rendeu grande prestígio. E o que é Estagnação? Para Keynes é rendimento rebaixado, desemprego em massa e depressão crônica. O que produz a Estagnação? Para Keynes é a maneira como o capitalismo distribui sua renda de maneira desigual entre as pessoas.

Reconhece que, devido ao sistema de exploração e à estrutura cooperativa que a economia capitalista desenvolveu uma enorme capacidade para poupar, porém, faltava na década de 30: 1 uma estrutura de investimento com lucro desejável, o que não permitiu a formação real de capital com crescimento sustentado. 2 Baixa capacidade de poupar, pequeno lucro na poupança e 3 falta de uma estratégia que sustente o crescimento, foram, também, entre outros, o que o economista inglês indicou como gerador da Estagnação.

Ao lado destes três fatores apontados acima, indica outros três que ajudam a entender a Estagnação: 1 fim da expansão geográfica, também entendida como fechamento de fronteiras; 2 declínio na taxa de crescimento populacional e 3 menor utilização de capital na tecnologia do que em outros estágios do desenvolvimento capitalista. Os seis fatores apontados por Keynes, diferente de produzir uma capacidade para poupar, criou a Estagnação não permitindo um rápido crescimento econômico.

Certamente que a crise atual do modo social e histórico de produção capitalista não tem as mesmas características da crise que se iniciou em 1929 e que perdurou por toda a década de 30. Porém, em duas situações se

⁸ . KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres: Macmillan Cambridge Universit Press, for Royal Economic Society in 1936.

assemelham. Voltamos a repetir, não são as mesmas, apenas se assemelham: 1 uma estrutura de investimento com lucro desejável, o que não permitiu a formação real de capital com crescimento sustentado e 2 fim da expansão geográfica, também entendida como fechamento de fronteiras. Onde podemos ver a semelhança?

Observem bem! Com os financiamentos europeus no Parque Nacional do Jaú, o capital ameniza um de seus problemas: ter na Amazônia Legal um de seus paraísos fiscais, com todas as belezas, facilidades legais e segurança

econômica para a formação real de capital e em crescimento sustentado, desenvolvendo toda a sua capacidade de poupança, sem risco de rebaixamento, ou seja, com segurança de lucro garantido e sempre em escala elevada.

Com o outro braço do Leviatã⁹, ou seja, com a presença dos europeus no Parque Nacional do Jaú, através dos seus representantes, na figura das Ongs, das instituições e do próprio Estado Brasileiro, a Europa produz um novo rompimento nas fronteiras do Brasil, acobertada pelas Emendas à Constituição Brasileira de 1988 que foram maquinadas para mudar o conceito de Território Nacional e Capital Nacional para legalizar, nunca legitimar, este neocolonialismo.

O que justifica, portanto, a presença internacional no Parque Nacional do Jaú? A imposição de uma proposta de desenvolvimento fundada na Estagnação, destinada para os brasileiros que residem no Parque, o que lhes exige um enorme sacrifício, por um lado e, por outro lado, os benefícios em termos de multiplicação ampliada do capital especulativo e da terra, que ainda é um importante fator de capital, a terra para especulação, para os Europeus que aqui aportaram como novos colonizadores.

⁹ . Leviatã. Mostro de sete braços e de sete pernas que é referido no livro de Jô como o símbolo do poder, mas também como algo muito difícil de ser decifrado.

O que existe, para os brasileiros, no Parque Nacional do Jaú? Estagnação! E quem formulou para eles a Estagnação? Os Europeus que financiam o Parque! Vamos pedir auxílio, novamente, a Keynes. Nunca é demais pedir auxílio para um economista inglês: Keynes o que é Estagnação? É rendimento rebaixado, desemprego em massa e depressão crônica.

Considerações Finais

Verifica-se a evidência do processo de desumanização no segundo maior Parque Nacional do país em extensão e o primeiro do mundo em floresta tropical úmida contínua e intacta. Em oposição a esse processo recorreremos a outro aspecto da obra de Paulo Freire. Ele contribui para o “resgate” da ontologia do homem dessa Unidade de Conservação, o Inédito-viável. Freire (1997).

“Inédito-viável” é uma formulação pouco estudada na obra de Paulo Freire, mas que revela toda a importância e esperança deste educador. Dialeticamente é a capacidade de sonhar e amar, por um lado, e se indignar e lutar, por outro lado. Quando o *ser* perde a capacidade de indignação algo muito grave está acontecendo, ensina o educador do mundo.

Fala das barreiras que precisam ser vencidas. A essas Barreiras ele chama de “situações limites”. Define-as como algo que as pessoas não conseguem ou não querem transpor, ou que querem transpor e se empenham na sua superação, no entanto encontram muita dificuldade. Freire (1997).

Os que querem transpor as barreiras perceberam criticamente o seu processo histórico de construção e por isso se sentem desafiados em superar os problemas da sociedade em que vivem. Por isso lutam, por exemplo, como os Sem Terra para poderem conquistar um mínimo de dignidade, para não mendigarem.

Eles conheceram em sua profundidade, em sua essência, na sua alma, aquilo que os incomodava, o problema da vida cotidiana que precisa ser superado. Uns entendem o problema como algo insuperável, intransponível, que não podem resolver. Como uns determinantes históricos, como um destino do qual não podem libertar-se.

Outros se sentem desafiados a descobrirem o “Inédito-viável”, ou seja, os obstáculos e as barreiras que, no processo de sonho coletivo, que é a luta coletiva, de organização das massas, podem ser superadas. Freire (1997). Negam o destino manifesto e empenham-se na construção do futuro com suas próprias mãos e capacidade. A cada minuto de suas potencialidades, cada segundo de suas necessidades.

É a superação da fronteira entre o *ser* e o *ser-mais* através da ação pela reflexão. A ação refletida, ação e reflexão juntas que significa *práxis* na linguagem filosófica. Os trabalhadores Sem Terra são um exemplo para nós porque eles se negaram a disputar a sua alimentação com os ratos, nos lixos das grandes cidades.

O “Inédito-viável” é algo de novo que existe, mas que só pode ser conquistado pela *práxis* libertadora e ação dialógica. Em outras palavras, tem que ser uma ação não só pensada, mas também com vistas à saída da opressão. Uma saída construída em comunhão entre os seres. Nesse entendimento “[...] Ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão. (FREIRE, 1997, p. 27)

Quando os seres conscientes querem, em conjunto, refletem e agem para derrubar as “situações-limites” negando a condição de *ser-menos*, inicia-se o processo de libertação coletiva, o projeto de construção de uma classe de trabalhadores livres e senhores dos seus próprios atos.

O “Inédito-viável” não é mais ele mesmo, mas a conscientização dele no que ele tinha antes de inviável. É uma conquista solidária da liberdade, cujo contrário é a opressão dos “salários irrisórios”, como os pagos pela ONG aos

trabalho necessário

issn: 1808-799X

ano 9 – número 12 – 2011

moradores do Jaú, da longa jornada de trabalho, da separação entre pensar e fazer. A opressão coisifica o ser, a libertação constrói o ser-mais. Em busca do ser-mais, é imprescindível por em prática, na sala de aula, as experiências do homem campesino do Jaú. Vejam um exemplo de salários irrisórios:

Na manhã do outro dia, o funcionário da FVV apareceu na Base para fazer pagamento pelo dia trabalhado dos moradores “contratados”. Aquele, que saiu às cinco horas da madrugada, recebeu, como pagamento pelo serviço realizado R\$ 30,00 e outro que trabalhou das 06h às 16h, abrindo picadas na mata, R\$ 20,00 [...] (Relatório).

REFERÊNCIAS

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. A questão agrária. Tradução E.A. Malagode, S.Brisolla e J.B.S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Aurélio B. H. Novo Aurélio. Dicionário da Língua Portuguesa, 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 37 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KEYNES, John Maynard. The General Theory of Employment, Interest and Money. Londres: Macmillan Cambridge Universit Press, for Royal Economic Society in 1936.

LESSA, Sérgio. Lukács: Direito e Política. In: Maria Orlanda Pinassi (Org.). Lukács e a atualidade do marxismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª Edição, 2002.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do social – trabalho. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Regina e CABAZES, Edgar. Proposta de Desenvolvimento Sustentável Justo e Equitativo para os Moradores do Parque Nacional do Jaú. Manaus: FVA, 1995.

ROCCO, Rogério. (Org.) Legislação Brasileira do Meio Ambiente. Rio de Janeiro. Editora DP& A, 2002.

WOLF, Eric. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.